

PROPOSTA: PAC GERAL 2026

EIXO 1	Comunicação Institucional e Relações Interpessoais
Objetivo	Aprimorar elaboração de documentos, garantindo clareza, concisão e linguagem simples, além de promover o relacionamento interpessoal positivo.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação • Trabalho em Equipe
Valores	<ul style="list-style-type: none"> • Simplicidade: Usar linguagem simples para as comunicações institucionais. • Bem-estar: Adotar práticas que estimulem a colaboração e fortaleçam os laços da equipe.
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> • OE13: Melhorar a experiência de trabalho do servidor. • OE14: Promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral.
Normativos	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendação CNJ n.144 25/8/2023 - Recomenda aos Tribunais o uso da linguagem simples nas comunicações e atos. • Portaria CNJ n. 351, de 4/12/2023 - Institui no Conselho Nacional de Justiça o selo Linguagem Simples. • Resolução n. 376 de 02/03/2021 – Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.

EIXO 2	DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO
Objetivo	Sensibilizar e capacitar o servidor para atuar em um ambiente de trabalho pautado pela equidade e pelo respeito à diversidade, garantindo a conformidade institucional e a prevenção de assédio e práticas discriminatórias.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em Equipe • Orientação para Valores
Valores	<ul style="list-style-type: none"> • Democracia: Incentivar a participação da sociedade e das pessoas que trabalham no Tribunal na construção das ações e decisões institucionais. • Bem-estar: Adotar práticas que estimulem a colaboração e fortaleçam os laços da equipe.
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> • OE13: Melhorar a experiência de trabalho do servidor. • OE14: Promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral,
Normativos	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução CNJ 351 de 29/10/2020 - Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. • Resolução CNJ n. 401 de 16/6/2021 – Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário. • Portaria TSE n. 306 de 13/5/2021- Instituiu a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no TSE.



EIXO 3	ÉTICA E INTEGRIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO
Objetivo	Reforçar a cultura de integridade e ética pública no dia a dia, capacitando o servidor para prevenir conflitos de interesse, atuar com transparência e em estrita observância ao Código de Ética do TSE.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none">• Segurança da Informação• Orientação para valores
Valores	<ul style="list-style-type: none">• Transparência: Facilitar o acesso a informações, ações e decisões institucionais.• Coerência: Embasar e motivar suas decisões de modo imparcial e impessoal.
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• OE 1: Fortalecer a imagem da Justiça Eleitoral perante a sociedade• OE9: Aprimorar a governança institucional
Normativos	<ul style="list-style-type: none">• Código de Ética dos Servidores do TSE• Portaria TSE n. 279 de 21/3/2022 – Institui a política de integridade do TSE.• SEI 2125402: Programa de Integridade do TSE.• Resolução CNJ n. 410 de 23/8/2021: Dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário.

EIXO 4	Cultura de Gestão de Dados
Objetivo	Desenvolver o letramento em dados e a mentalidade analítica do servidor, capacitando-o para coletar, tratar e interpretar indicadores e evidências, fundamentando decisões e documentos da área administrativa.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none">• Inovação• Visão sistêmica
Valores	<ul style="list-style-type: none">• Conectividade Digital: focar na melhoria e aprendizado contínuo. Utilizar novas tecnologias, adaptando-se às mudanças tecnológicas.• Melhoria Contínua: Focar na melhoria e no aprendizado contínuos.
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• OE5: Promover a inovação e ampliar a prestação de serviços digitais.• OE13: Melhorar a experiência de trabalho do servidor.• OE14: Promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral.
Normativos	<ul style="list-style-type: none">• Resolução CNJ n. 395 de 7/6/2021: Institui a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário.



EIXO 5	GOVERNANÇA E GESTÃO
Objetivo	Otimizar a eficiência e a produtividade administrativa por meio da aplicação de metodologias específicas e do uso estratégico de ferramentas de automação para rotinas internas.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none">• Visão Sistêmica• Foco no cliente
Valores	<ul style="list-style-type: none">• Melhoria contínua: focar na melhoria e aprendizado contínuo.• Conectividade digital: investir na aquisição de novas tecnologias e acesso a elas.• Transparência: facilitar o acesso a informações, ações e decisões institucionais.
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• OE 9: Aprimorar a governança institucional• OE 6: Aprimorar a gestão de práticas sustentáveis
Normativos	<ul style="list-style-type: none">• Resolução CNJ n. 400 de 16/6/2021 - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.• Resolução TSE 23.702 de 9/6/2022 - Dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.• Resolução n. 347 de 13/10/2020 - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.• Portaria TSE n. 490 de 20/5/2022 - Regulamenta as modalidades de trabalho no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.• Resolução CNJ n. 594/24 CNJ - Institui o Programa Justiça Carbono Zero e altera a Resolução CNJ nº 400/2021.• Portaria TSE n. 784 de 20/10/2017 - Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do TSE.



EIXO 6	CIBERSEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS
Objetivo	Fortalecer a segurança da informação e dos dados pessoais (LGPD), capacitando o servidor para agir como agente de defesa contra ameaças cibernéticas (como phishing e engenharia social) e garantindo a integridade e o sigilo dos sistemas e informações do Tribunal.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none">• Segurança da Informação
Valores	<ul style="list-style-type: none">• Conectividade digital• Melhoria contínua
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• OE 4: Aperfeiçoar a segurança da informação• OE13: Melhorar a experiência de trabalho do servidor.
Normativos	<ul style="list-style-type: none">• Resolução CNJ n. 370 de 28/1/2021 - Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.• Resolução TSE n. 23.644 de 1º/7/2021 - Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.• Portaria TSE n. 456 de 13/7/2021- Institui norma de uso aceitável de ativos de TI relativa à Política de Segurança da Informação do Tribunal Superior Eleitoral.

EIXO 7	SAUDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO
Objetivo	Promover ações e práticas que contribuam para a saúde física e mental do servidor, fomentando um ambiente de trabalho saudável, com foco na prevenção do estresse e na busca pelo equilíbrio entre vida pessoal e profissional.
Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none">• Orientação para valores
Valores	<ul style="list-style-type: none">• Bem-estar: incentivar o bem-estar das pessoas, coibindo comportamentos que causem desconforto a outros colegas e respeitando as pessoas em sua individualidade e diversidade de forma empática.
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none">• OE13: Melhorar a experiência de trabalho do servidor.
Normativos	<ul style="list-style-type: none">• Res. TSE n. 22.572 de 16/82007